



Número: **0800135-72.2019.8.18.0054**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Inhumas**

Última distribuição : **18/03/2019**

Valor da causa: **R\$ 8.606,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE CLEITON OLIVEIRA RIBEIRO (AUTOR)		LUCIANO DE CARVALHO E SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
4959661	07/05/2019 10:15	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
4777732	16/04/2019 16:03	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
4514315	18/03/2019 12:17	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
4514330	18/03/2019 12:17	<a href="#">b.o 1</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
4514333	18/03/2019 12:17	<a href="#">b.o</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
4514334	18/03/2019 12:17	<a href="#">comprovante de endereço</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
4514336	18/03/2019 12:17	<a href="#">crlv</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
4514340	18/03/2019 12:17	<a href="#">declaração ausencia iml</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
4514342	18/03/2019 12:17	<a href="#">demonstrativo pagamneto</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
4514444	18/03/2019 12:17	<a href="#">ficha de atendimento</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
4514448	18/03/2019 12:17	<a href="#">ficha de referencia paciente</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
4514449	18/03/2019 12:17	<a href="#">imagens</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
4514450	18/03/2019 12:17	<a href="#">pagmento invalidez</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
4514456	18/03/2019 12:17	<a href="#">petição</a>	Petição
4514455	18/03/2019 12:17	<a href="#">procuração</a>	Procuração
4514458	18/03/2019 12:17	<a href="#">raioX</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
4514464	18/03/2019 12:17	<a href="#">receita medica</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
4514469	18/03/2019 12:17	<a href="#">sinistro</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
4514470	18/03/2019 12:17	<a href="#">tomografia</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**GABINETE DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE INHUMA DA COMARCA DE INHUMA**  
Praça João de Sousa Lea, 545, Centro, INHUMA - PI - CEP: 64535-000

---

**PROCESSO Nº:** 0800135-72.2019.8.18.0054  
**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
**ASSUNTO(S):** [Acidente de Trânsito, Seguro]  
**AUTOR:** JOSE CLEITON OLIVEIRA RIBEIRO

**RÉU:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### **CERTIDÃO**

**CERTIFICO QUE**, em cumprimento do despacho retro, agendei a realização de audiência de conciliação para o **dia 04 de novembro de 2019 às 11:30 horas**, a realizar-se no fórum de Inhuma/PI.

INHUMA-PI, 7 de maio de 2019.

**ALINE MARIA RIBEIRO SANTOS**  
Secretaria da Vara Única da Comarca de Inhuma





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**VARA ÚNICA DA COMARCA DE INHUMA DA COMARCA DE**  
**INHUMA**

Praça João de Sousa Lea, 545, Centro, INHUMA - PI - CEP: 64535-000

**PROCESSO Nº:** 0800135-72.2019.8.18.0054

**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

**ASSUNTO(S):** [Acidente de Trânsito, Seguro]

**AUTOR:** JOSE CLEITON OLIVEIRA RIBEIRO

**RÉU:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Tratando-se de pessoa pobre na acepção jurídica do termo (CPC, artigo 98, *caput*), defiro a gratuidade da justiça, conforme as isenções estabelecidas no artigo 98, § 1º, do Código de Processo Civil.

Considerando o disposto no artigo 334 do CPC, uma vez que a petição inicial preenche os requisitos essenciais delineados nos artigos 319 e 320 do CPC e não sendo o caso de improcedência liminar do pedido (CPC, artigo 332), designo audiência de conciliação para o dia **(data a ser agendada pelos servidores do gabinete)**, devendo o réu ser citado com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

Expeça-se mandado de citação, com as advertências constantes do artigo 334, parágrafos 8º, 9º e 10º.

Tendo em vista o disposto no artigo 335 do Código de Processo Civil, conste também do mandado de citação que o réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4o, inciso



I (se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual);

Fica o autor intimado para a audiência na pessoa de seu advogado e por meio da publicação desta decisão na imprensa oficial (CPC, artigo 334, § 3º).

Advirto, com fulcro no artigo 334, § 8º, do Código de Processo Civil que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado.

As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos (CPC, artigo 334, § 9º)

A parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir. (CPC, artigo 334, § 10º).

Adote a secretaria as demais providências de estilo.

Cumpra-se, com urgência.

**INHUMA-PI**, 16 de abril de 2019.

**Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Inhuma**



**ELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUÍZ DE DIREITO DA COMARCA DE INHUMA DO PIAUÍ, ESTADO DO PIAUÍ.**

**STRO Nº 3180328564 – INVALIDEZ PERMANENTE**

**JOSÉ CLEITON OLIVEIRA RIBEIRO**, brasileiro, solteiro, agricultor, portador da cédula de identificação RG nº .639 SSP/PI e CPF nº 052.994.063-98, residente e domiciliado no Povoado Baixa do Agreste, s/n, zona rural do município de Inhuma do PI, CEP 64.535-000, vem por intermédio de seu procurador e advogado que esta subscreve, com escritório profissional à Av. Coronel Araújo, 2355, Horto, Teresina-PI, onde receberá as intimações de praxe, vêm à presença de Vossa Excelência, propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DO SEGURO DPVAT**



ce da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.** pessoa jurídica de direito privado regularmente  
niada junto à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, CNPJ nº. 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas,  
andar, centro, Rio De Janeiro (CIDADE) - RJ, 20.0312-05, pelas razões de fato e de Direito a seguir articuladas:

## **PRELIMINARMENTE**

### **DA JUSTIÇA GRATUITA**

Os Requerentes são pessoas humildes, sem recursos financeiros, não tendo como arcar com as custas e despesas  
cessuais e nem com honorários advocatícios, sem prejudicarem o seu sustento, conforme prevê a Lei nº 1060/50, art. 98 CPC e art. 5º,  
XV da CF, pelo que se requer a justiça gratuita.

## **OS FATOS**

O requerente foi vítima de um acidente de trânsito em 24/05/2017, por volta das 12h00min, quando trafegava em uma  
cicleta de marca YAMAHA T115 CRYPTON K, de placa OVW-1538, quando o mesmo se deslocava na estrada vicinal do povoado  
is, havendo um colisão na traseira de sua motocicleta, conforme *Boletim de Ocorrência nº 341/2017* em anexo.

Contudo, o autor foi socorrido por populares e encaminhado ao Hospital local da cidade de Inhumas conforme *Prontuário de  
imento de urgência e emergência, logo após foi encaminhado para o HREP na cidade de Valença* em anexo.

Em decorrência deste acidente de trânsito resultou em enfermidades incuráveis e deformidades permanentes, consoante  
rio médico em anexo.

Como consequência do trágico acidente, o beneficiário teve as seguintes lesões: **1-Traumatismo TEC - trauma no  
bro superior da face - um corte contuso nos lábios inferiores; 2- Trauma em membro superior esquerda – MSE – clavícula  
rda; 3- Trauma em MIE – pé esquerdo; 4 - Várias escoriações pelo corpo; Com isso devido as lesões sofridas, o autor apresentou  
ção da capacidade funcional do membro referido conforme prontuários médicos e laudos médicos em anexo.**

Com base nisso, requereu a indenização do seguro DPVAT, conforme art. 3º alínea “II” da lei 6.194/74, que determina o  
mento de **R\$ 9.450,00 (nove mil e quatrocentos e cinquenta reais)**, no caso presente caso, na ocasião o autor enviou todos os  
mentos necessários para a seguradora Requerida, conformetabela em anexo.

Todavia, não obstante a seguradora tenha constatado e reconhecido à invalidez decorrente do acidente narrado: **SINISTRO Nº  
28564 - R\$ 843,50 – INVALIDEZ PERMANENTE**, portanto, razão pela qual é o presente para pleitear o valor fixado pela Lei  
/74, existente entre o valor recebido e o devido. Contudo, não há falar em prescrição, vez ter ocorrido o pagamento parcial via  
istrativo, o que, interrompe o aludido prazo, voltando o mesmo a correr.

É, em síntese, o relatório dos fatos.

## **O DIREITO**

### **DA APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO FORO COMPETENTE**



O presente caso, indubitavelmente, é regido pelo Código de Defesa do Consumidor, pois este, em seu artigo 3º, § 2º, rotula-o como sendo “qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, INCLUSIVE AS DE NATUREZA CÍVIL, FINANCEIRA, DE CRÉDITO E SECURITÁRIA, salvo as decorrentes de caráter trabalhistas”.

Assim sendo, as ações em que o consumidor pretende atribuir à responsabilidade civil ao fornecedor de produtos e serviços, não ser propostas no domicílio do autor, até mesmo para exercer a garantia da facilitação da defesa dos seus direitos, consoante o artigo 6º, VIII, do CDC, veja-o:

101. Na ação de responsabilidade civil do fornecedor de produtos e serviços, sem prejuízo do disposto nos Capítulos I e II deste título, observadas as seguintes normas:

ação pode ser proposta no domicílio do autor”;

6º São direitos básicos do consumidor:

- a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério judicial, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências”.

Deste modo, como as atividades securitárias sujeitam-se às normas protetivas do CDC, requer o autor, o recebimento da presente ação e o seu devido processamento perante este respeitável Juízo.

## DA LEGITIMIDADE PASSIVA

A Requerida é Seguradora regularmente conveniada junto à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, sob o Código FIP 590, logo, encontra-se legalmente obrigada a cumprir os termos estipulados para operar junto ao seguro DPVAT.

Determina o Art. 5º, § 4º, da Resolução nº 109/2004, que se encontra atualmente em vigor, o seguinte, *in verbis*:

**5º Para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois convênios específicos, englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4.**

**Os convênios de que trata o “caput” deste artigo deverão estipular que qualquer uma das sociedades seguradoras se obriga a arcar a devida indenização pelas reclamações que lhe forem apresentadas.**

A Requerida em comento, ante o princípio da solidariedade que se evidencia claramente da transcrição do artigo supra, está nada para figurar no polo passivo da presente demanda.

Demonstrando mais claramente o princípio da solidariedade, prevê o Art. 7º, “caput”, da Lei nº 6.194/74, o seguinte, *in verbis*:



l. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou não pago, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.”

Nesse sentido, é o pacífico entendimento jurisprudencial, vejamos:

ACÓRDÃO REGIMENTAL. RECURSO QUE NÃO LOGRA INFIRMAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. LEGITIMIDADE PASSIVA. SEGURADORA. AUSÊNCIA DE QUESTIONAMENTO. SÚMULA N.211/STJ. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME NA VIA DO RECURSO ESPECIAL. 1. Mantém-se na íntegra a decisão recorrida cujos fundamentos não foram infirmados. 2. Qualquer seguradora que não esteja no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização correspondente ao seguro obrigatório, assegurado o direito de regresso. Precedentes. (...) 6. Agravo regimental improvido.” (Agrg no Ag 870.091/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, 1ª TURMA, julgado em 20/11/2007, DJ 11/02/2008 p. 106). V – VALORES PAGOS A MENOR DO SEGURO DPVAT: Como é sabido, por determinação legal, todo proprietário de veículo automotor deve arcar com um seguro obrigatório, denominado DPVAT, como forma de indenizar as vítimas de acidentes de trânsito, independentemente da existência de culpa ou mesmo da identificação do veículo envolvido no acidente.

Ocorre, no entanto, que apesar de ser límpido o direito do autor, notadamente porque houve o reconhecimento administrativo da invalidez pela própria seguradora, o autor recebeu um valor muito inferior ao que deveria, por direito, ter recebido, tendo, por via oblíqua, o enriquecimento sem causa da seguradora Ré, bem como lesão aos mais comezinhos princípios do direito.

Destarte, uma lesão que compromete a vida do autor, tolhendo a sua capacidade laborativa, e trazendo sequelas permanentes físicas, como também psicológicas, deve merecer, a título de indenização pelo seguro obrigatório DPVAT, conforme tabela:

#### **INVALIDEZ PERMANENTE**

ii **INDENIZAÇÃO DEVIDA = R\$ 9.450,00**

ii **INDENIZAÇÃO RECEBIDA = R\$ 843,50**

ii **DIFERENÇA/VALOR EXIGIDO = R\$ 8.606,50**

Desse modo, em vista da recusa da seguradora em pagar a indenização integral pelo sinistro, muito embora tenha reconhecido a invalidez administrativa, não restou outra alternativa senão acionar este Poder Judiciário para que imponha a seguradora a obrigação de complementar a sua indenização, correspondendo ao remanescente a ser devidamente atualizado até o efetivo pagamento, com correção monetária, desde a data do sinistro, conforme determina o E. Superior Tribunal de Justiça, a teor do Resp 788.712/RS, e os moratórios a partir da citação da seguradora, a teor do 1085564/SP.

#### **DA EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS**

Com base na narração fática supra, bem como na documentação probatória trazida aos autos, conclui-se, incontestavelmente, que o autor preencheu todos os requisitos necessários para que tivesse direito a indenização securitária.

Aduz o Art. 355, do Código de Processo Civil, o seguinte:





355 - O juiz pode ordenar que a parte exiba documento ou coisa, que se ache em seu poder.

358 - O juiz não admitirá a recusa:

: o requerido tiver obrigação legal de exhibir;

se o documento, por seu conteúdo, for comum às partes.

Dessa forma, como forma de dirimir todas as eventuais dúvidas que norteiem a presente quizila, requer se digne Vossa Excelência determinar que a promovida EXIBA TODOS OS DOCUMENTOS APRESENTADOS NO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE REQUERIMENTO DA INDENIZAÇÃO DO REQUERENTE, ressaltando-se que o presente pedido não redonda em nenhum ônus a promovida, haja vista que a mesma possui livre e irrestrito acesso ao sistema MEGADATA DE COMPUTAÇÃO, sob pena de multa diária no valor de 01 (um) salário mínimo mensal.

## OS PEDIDOS

**EX POSITIS**, o autor requer se digne Vossa Excelência:

A) Que seja a Requerida citada, pelos Correios, via AR, para, querendo, apresentar contestação;

B) Que seja aplicado o Código de Defesa do Consumidor na presente demanda, posto tratar-se indiscutivelmente de relação de consumo;

C) Determinar que a Requerida EXIBA todos os documentos apresentados quando do requerimento administrativo da indenização, sob pena de multa diária no valor de 01 (UM) salário mínimo mensal;

D) Em caso de Vossa Excelência não entender cabível o pedido retro, requer, desde logo, a inversão do ônus da prova nos termos do artigo 6º, inc. VIII, do CDC, de modo que fique de responsabilidade da seguradora em provar a inocorrência dos fatos aqui alegados;

E) O **JULGAMENTO INTEIRAMENTE PROCEDENTE** da presente demanda, de modo que seja condenada a seguradora a arcar com o pagamento da diferença do valor do seguro obrigatório determinado pela lei, equivalente à **R\$ 8.606,50 (oito mil, seiscentos e sessenta e cinquenta centavos) a título da INVALIDEZ PERMANENTE**, a ser devidamente atualizado até o efetivo pagamento, acrescidos de correção monetária, desde a data do sinistro, conforme determina o E. Superior Tribunal de Justiça, a teor do Resp. 788.712/RS, e juros moratórios a partir da citação da seguradora, a teor do 1085564/SP;

F) A condenação da seguradora das custas processuais, bem como honorários advocatícios no montante de 20% (vinte por cento) do valor da condenação.

Por fim, também requer a gratuidade da Justiça, posto que não possui condições de arcar com as custas do processo, sem prejuízo de seu sustento e dos familiares.

Ademais, requer a este Douto Juízo que toda e qualquer notificação/intimação referente a presente demanda seja feita em nome do signatário desta peça Exordial, **LUCIANO DE CARVALHO E SILVA – OAB/PI 10.014 – OAB/MA 14.693-A**.

Dá-se a causa o valor de R\$ 8.606,50 (oito mil, seiscentos e seis reais e cinquenta centavos).



Nesses termos,

Pede deferimento.

Inhuma (PI), 18 de março de 2019.

**LUCIANO DE CARVALHO E SILVA**

**ADVOGADO**

**OAB-PI 10.014/OAB-MA 14.693-A**

